

CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVIII nº 753
24 de julho a 31 de agosto de 2017



REFORMA TRABALHISTA

LEGISLAÇÃO ABRE NOVAS PERSPECTIVAS PARA A INDÚSTRIA

O DESAFIO DA SUCESSÃO EM EMPRESAS FAMILIARES
Págs. 4 e 5



Sistema FIRJAN | www.firjan.com.br

Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

CARTA DA INDÚSTRIA: REVISTA GANHARÁ NOVO VISUAL

A Carta da Indústria, em breve, estará de cara nova. Com o objetivo de entregar um conteúdo com mais qualidade e cada vez mais relevante para a indústria fluminense, a revista está sendo reformulada e ganhará um novo projeto gráfico. Essa nova roupagem trará mais modernidade e dinamismo à publicação, que contará com matérias mais analíticas.

Com a mudança, a Carta da Indústria terá maior robustez, mais informação e também uma nova periodicidade, passando a ser uma revista mensal. Durante o mês de agosto, esta nova Carta da Indústria estará em produção, para circular no início de setembro.

Enquanto isso, acompanhe nos demais canais do Sistema FIRJAN – site, Informe do Associado e redes sociais – as notícias e matérias de interesse da indústria fluminense.

INDÚSTRIA 4.0 AMPLIA MERCADO PARA EMPRESAS QUE INOVAM

Os benefícios da Indústria 4.0 foram apresentados a empresários durante palestra no Instituto SENAI de Tecnologia (IST) Automação e Simulação. A integração entre Internet das Coisas (IoT), robótica, realidades

umentada e virtual, Big Data, inteligência artificial, impressão 3D e prototipagem são algumas das ferramentas para deixar os processos mais ágeis.

Segundo Gabriela Ichimura, especialista em Inovação do Sistema FIRJAN, uma alternativa para mitigar riscos no desenvolvimento e lançamento de produtos é a prototipagem: “O melhor momento para errar, mudar um projeto e, portanto, fazer um protótipo é nas fases iniciais, quando o investimento ainda não foi tão alto”.

A FIRJAN oferece soluções e serviços para auxiliar empresas em projetos de inovação tecnológica, com três ISTs, dois Institutos SENAI de Inovação (ISIs) e profissionais alinhados às tendências de mercado. Além disso, monitora constantemente as linhas de fomento à inovação disponíveis em www.firjan.com.br/ autodiagnóstico/fomento. A palestra Inovação em Negócios – Prototipando na Indústria 4.0 aconteceu em 12 de julho.

Vincius Magalhães



A prototipagem é uma alternativa para mitigar riscos para empresas que planejam desenvolver novos produtos

DESBUROCRATIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM PAUTA

Durante encontro do Fórum Empresarial de Alimentos e Bebidas do Sistema FIRJAN, foi definido que a Federação capitaneará um grupo de trabalho para discutir a possibilidade de harmonização dos processos de todos os municípios do estado em relação à Vigilância Sanitária. Na ocasião, Flávio Graça, superintendente da Subsecretaria de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses (Subvisa), apresentou o Sistema de Informação da Vigilância Sanitária (Sisvisa). A iniciativa permite a emissão online de Licenciamento Sanitário.

O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e o licenciamento sanitário por autodeclaração online do órgão também foram tema da reunião. Com o Suasa, é possível que os serviços de inspeção municipais e estaduais tenham validade nacional. Por isso, a Prefeitura do Rio sinalizou que pretende aderir ao programa de modo voluntário. A reunião aconteceu em 12 de julho, na sede da Federação.

FIRJAN LEVA LÍDERES SINDICAIS AO RIO GRANDE DO SUL

Inovações e estratégias implantadas por indústrias do setor metalmeccânico do Rio Grande do Sul foram destaque da Missão Setorial Nacional promovida pelo Sistema FIRJAN. A ação reuniu 15 líderes sindicais, que visitaram cinco fábricas: Infasul, RIVA, Brinox/Coza, Marcopolo e Stih.

O grupo conheceu também o Instituto SENAI de Inovação Calçado e Logística, que realiza um trabalho de disseminação da cultura *lean* junto a empresas da região, a Unitec, unidade de tecnologia e inovação da Unisinos, e o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e Eletrônico de São Leopoldo. A missão foi realizada de 4 a 7 de julho.

IEL CAPACITA GESTORES DA INDÚSTRIA METALMECÂNICA

Cerca de 30 executivos do setor metalmeccânico participam, até fevereiro, do curso Lean para Gestores, promovido pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), com a participação do Lean Institute Brasil (LIB). Ao longo de oito meses, eles aprenderão em três módulos e em sete meses de mentoria, as melhores práticas da metodologia *lean*.

Claudio Tangari, presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Nova Friburgo (Sindimetal), destacou que o programa marca o caminho positivo do IEL em seu novo posicionamento de enfrentar os desafios da indústria fluminense: "O IEL está trazendo cada vez mais técnicas e ferramentas contemporâneas e adequadas". Ao final do curso, cada empresa apresentará um projeto estruturado na filosofia *lean* que seja aplicável em sua empresa. A primeira capacitação foi realizada em 11 de julho na sede do IEL, na Tijuca.



Fabiano Veneza

O curso apresenta, ao longo de oito meses, as melhores práticas de produção oferecidas pela metodologia lean

PROFISSIONAIS DO SETOR PLÁSTICO APRENDEM GESTÃO ESTRATÉGICA

O curso Gestão Empresarial Estratégica para a Competitividade apresentou a executivos do setor

de plástico as principais ferramentas voltadas à operação de negócios. A iniciativa atende a uma demanda do Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado do Rio de Janeiro (Simperj).

Marcelo Oazen, vice-presidente do Simperj, explicou que um dos objetivos desse curso é fazer com que o Rio volte a ser o maior mercado no ramo de plástico. "Fomos perdendo espaço ao longo do tempo e, atualmente, somos o sexto maior estado em empresas de plástico", pontuou Oazen, que também é proprietário da Plastlab. O curso foi promovido pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), em parceria com a Gerência de Desenvolvimento Setorial (GDS) do Sistema FIRJAN, em 12 e 13 de julho.

Vinicius Magalhães



Empresários conheceram ferramentas de gestão de negócios

TÉCNICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA AJUDAM PROCESSO DE SUCESSÃO EM EMPRESAS FAMILIARES

Comando centralizado, estrutura administrativa enxuta, organização interna leal, valorização da confiança, laços afetivos fortes e conflitos de interesse são algumas das características que acompanham empresas familiares. Esses atributos podem ser encarados como oportunidades ou desafios, e é a reação da empresa que proporcionará uma governança forte ou turbulenta.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e do Sebrae, cerca de 90% das empresas constituídas no país são familiares. Por outro lado, há um grau de mortalidade de 2/3 na passagem de bastão da primeira para a segunda geração, e de 95% para a terceira. Por isso, conhecer as técnicas e modelos de gestão eficientes é essencial para a continuidade dessas empresas.

Carlos Vitor dos Santos é o terceiro na sucessão da Hak Fábrica de Fusos e Passamanarias – há quase 60 anos no mercado. Fundada por três alemães, a empresa chegou à direção exclusiva de seu avô e, desde então, os sucessores são estimulados a trabalhar na empresa para conhecê-la em seus vários processos.

“Fiz um curso de graduação em Administração e comecei a trabalhar na Hak no término da faculdade, com 22 anos. Passei por diversas áreas, até que me tornei gerente de planejamento orçamentário. Desde então, busco cada vez mais assumir responsabilidades aqui”, explica Santos.



Renata Meilo

A Hak, sediada em Nova Friburgo, contratou uma consultoria para estruturar a sucessão

Essa iniciativa foi planejada através do Comitê Executivo estruturado na empresa. “Ficou definido que os filhos precisam percorrer vários setores, dentro ou fora da Hak, até se qualificarem para assumir uma cadeira na diretoria ou gerência”, afirma Carlos Ieker, pai de Carlos Vitor e atual presidente da companhia.

A empresa teve apoio de consultoria especializada para estruturar formas de sucessão de comando. Desde então, instauraram um Comitê Familiar e o Comitê Executivo. “Estruturar uma governança corporativa forte e transparente ajuda a evitar conflitos de cunho familiar e empresarial. Com os Comitês, a decisão não fica tão centralizada no presidente, por exemplo”, analisa Ieker, que também preside o Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado do Rio de Janeiro (Sinditêxtil).

Atualmente, trabalham na Hak cinco membros da família. “O clima organizacional é ótimo, todos se sentem acolhidos”, afirma o herdeiro.

PASSAGEM DE BASTÃO

Fundada há quase 30 anos pelo pai de Leonardo Kodato, a ASK, onde ele é diretor executivo, atua no setor metalmeccânico. Para Kodato, um dos aspectos mais difíceis para as empresas familiares é a sucessão.

“A ASK demorou cerca de cinco anos até decidir qual seria o sucessor. Por questões particulares, o sócio do meu pai optou por sair da sociedade. Ele geriu a empresa sozinho por um tempo, depois percebeu que estava na hora de entregar as responsabilidades nas mãos de uma nova geração”, explica.

Por outro lado, ele considera a confiança como a principal

vantagem de empresas familiares: "No geral, um parente seu ocupa cargos chaves e, por isso, você delega a ele projetos importantes. Além disso, toda a família apoia o sucesso da empresa".

A Telas Guará, fabricante de telas para cercamento, está há 44 anos no mercado. Atualmente, três membros da família Sercio trabalham nela. Igor Sercio, diretor financeiro, foi treinado desde pequeno para atuar na empresa, assim como sua irmã. Para ele, os principais benefícios de uma companhia familiar também são seus maiores desafios.

"Temos pessoas de confiança ao nosso lado, a intimidade é maior também. Isso ajuda a agilizar a tomada de decisões. Por outro lado, é exatamente essa proximidade que pode gerar mais desavenças. É difícil separar o lado familiar do empresarial, por isso conversamos constantemente para alinhar o pensamento e os processos", afirma.

CAPACITAÇÃO

Entendendo o cenário e os desafios das empresas familiares fluminenses, o Conselho de Jovens Empresários do Sistema FIRJAN e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) promoverão em agosto o curso Sucessão em Empresas Familiares, em parceria com a Fundação Dom Cabral. O programa abordará técnicas para uma boa governança corporativa e os aspectos jurídicos da empresa familiar.

"O objetivo é discutir esses conceitos, incluindo o relacionamento das famílias com as companhias, de modo a tornar menos traumático e mais efetivo o processo de sucessão", informa Poliana Botelho, presidente do Conselho.

NEGÓCIO NO DNA DA FAMÍLIA

Edison Carmagnani, professor da Fundação Dom Cabral, explica técnicas que auxiliam as empresas familiares a sobreviverem às transições de comando. Carmagnani ministrará o curso Sucessão em Empresas Familiares, promovido pelo Conselho de Jovens Empresários e pelo IEL.



Divulgação/Fundação Dom Cabral

CARTA DA INDÚSTRIA – Quais são os pilares para uma governança empresarial familiar forte?

EDISON CARMAGNANI - Existem quatro dimensões para uma estruturação de governança familiar. A primeira é a do acionista, que precisa ser capacitado para entender a diferença entre família e o que é ser sócio da empresa. Já a segunda é a propriedade, que envolve direito societário, estruturação com *holdings*, entre outros. Sem os amparos dessas ferramentas, a empresa familiar fica sujeita a quebrar em uma eventual separação ou falecimento. A gestão é o terceiro pilar. É nela que há a preocupação com a passagem de bastão para a próxima geração. Envolve a capacitação dos herdeiros para que estejam aptos ao cargo. Nem sempre manter a direção na mão da família é a melhor opção, mas se esse for o objetivo, existem consultorias que podem ajudar. Isso nos leva à quarta dimensão, a da governança corporativa em si, que vem crescendo como ferramenta estratégica. Trata-se

da estruturação adequada, com um Conselho Administrativo para respaldar as decisões de acionistas.

CI – E quais são os maiores desafios?

EC – O principal é a passagem de bastão. Da segunda geração em diante, existirão sócios impostos por condição de casamento ou herança. Um agravante a partir da terceira geração é a pulverização do patrimônio, gerando demanda de liquidez. As famílias têm crescimento em progressão geométrica, enquanto os resultados de uma empresa têm progressão aritmética. Portanto, em algum momento haverá um gargalo, com muito familiar dependendo da empresa, o que pode gerar conflitos.

CI - Que dicas daria para uma sucessão saudável?

EC - Minha dica para empresas familiares que estejam migrando para a próxima geração é analisar e alinhar os pontos que podem gerar conflito. Com relação aos herdeiros, é imprescindível capacitá-los, caso queiram assumir a empresa.

REFORMA TRABALHISTA E TERCEIRIZAÇÃO MODERNIZAM AS RELAÇÕES DE TRABALHO E AUMENTAM A PRODUTIVIDADE DA INDÚSTRIA

Em tempos de constante evolução tecnológica, é fundamental à competitividade de um país ter um ambiente regulatório que facilite a adaptação do setor privado a essas inovações. A recente sanção da reforma trabalhista, em conjunto com a regulamentação da terceirização, representam um importante passo nessa direção ao atualizar a legislação à nova realidade das empresas e do mercado de trabalho. Na prática, a reforma trará mais flexibilidade às relações laborais, garantindo a segurança jurídica necessária para que as indústrias gerem empregos e otimizem sua produtividade.

A prevalência das negociações coletivas sobre a legislação, uma antiga demanda do setor produtivo, é um dos avanços mais relevantes proporcionados pela nova lei, e abre perspectivas de um diálogo mais estreito entre empresas e empregados, com maior autonomia e fortalecimento das representações sindicais. A medida, ao reduzir o risco de que os acordos firmados entre as partes sejam posteriormente anulados pelo Poder Judiciário, permitirá que cada segmento adote as regras mais adequadas à sua realidade.

Celso Dantas, presidente do Conselho Empresarial Trabalhista e Sindical do Sistema FIRJAN, ressalta que a reforma inaugura uma nova era nas relações do trabalho, corrigindo um excesso de rigidez que impedia a modernização desse campo no país. "O pressuposto de que o negociado prevalece sobre o legislado abrirá um distanciamento da realidade de hoje, em que as empresas não têm segurança para firmar acordos. É parte de um processo de amadurecimento



Divulgação/Agência Senado

Plenário do Senado durante votação da reforma trabalhista: segurança jurídica para empresas e perspectiva de melhora no ambiente de negócios do Brasil

que trará benefícios para o setor produtivo e, principalmente, para toda a sociedade", afirmou Dantas, que também preside o Sindicato da Indústria de Produtos Cosméticos e Higiene Pessoal do Estado do Rio de Janeiro (Sipaterj).

CONTRATAÇÕES

Outra mudança trazida pela reforma que impactará o dia a dia das indústrias é a ampliação das possibilidades de contratação. Com a nova lei, será regularizado o teletrabalho, também chamado de *home office*. Segundo Dantas, o trabalho remoto já é uma prática do mercado, e seu reconhecimento legal estimulará que mais companhias contemplem esse tipo de contratação em seus quadros. "O que vai acontecer é que esse expediente será consolidado em um âmbito muito mais seguro para ambos os lados", disse.

A regularização do trabalho intermitente também traz perspectiva de redução dos custos.

A medida autoriza as empresas a remunerar o empregado pelo período efetivamente trabalhado, podendo ser negociado o pagamento por hora ou dia.

Luiz Carlos Renaux, presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Fósforos, pontua que o trabalho intermitente terá efeitos positivos para a competitividade de diversos setores industriais que têm etapas de produção sazonais. "O meu segmento, que inclui a atividade agrícola, tem atividades sazonais, com duração de quatro meses. A modalidade intermitente é a solução ideal, porque retirará custos excessivos ao empregador, abrindo espaço para que faça investimentos em seu empreendimento", avaliou o empresário.

Para Sergio Duarte, vice-presidente do Sistema FIRJAN, esse novo formato de contratação traz expectativas favoráveis para incrementar a produtividade das empresas. Ele identifica na reforma

uma janela de oportunidade para modernizar o setor industrial, colocando-o em condições de competir com empresas globais.

Segundo Duarte, o mundo se modernizou e as leis precisam acompanhar o novo cenário: "A jornada flexível é um desejo não só do empregador, mas também do próprio empregado. Muitas das práticas regulamentadas já foram absorvidas, mas como não eram previstas em lei, geravam insegurança. Abre-se agora um novo caminho para que possamos ter igualdade perante nossos concorrentes, que têm custos inferiores aos do Brasil".

EFEITOS POSITIVOS

Pedro Capanema, consultor Jurídico da FIRJAN, esclarece que, além da segurança jurídica, a flexibilização é um dos principais benefícios do novo arcabouço legal. "Os mais de 200 dispositivos alterados pela reforma representam a mais profunda transformação das relações laborais em mais de sete décadas, quando foi criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)", afirmou.

Ele destaca que a possibilidade de parcelamento de férias, em até três períodos, assim como a permissão de acordos individuais para determinados aspectos da relação de trabalho, como o banco de horas, são medidas benéficas para a competitividade das empresas.

"Havia, por anacronismo da lei antiga, uma restrição ao parcelamento do período de gozo, baseada em um suposto impacto na saúde do empregado, quando é comprovado que não há efeitos sobre seu bem-estar. Dessa forma, com a nova regra, empregadores e trabalhadores poderão programar as férias de acordo com suas necessidades", explicou Capanema.

QUE MUDA COM A REFORMA TRABALHISTA?

NEGOCIADO X LEGISLADO



COMO ERA

Não podiam ser negociados temas relativos à saúde e segurança no trabalho.

COMO PASSA A SER

Amplia o escopo do que pode ser objeto de negociação, a exemplo de:

- Jornada de trabalho, observados os limites constitucionais.
- Intervalo intrajornada.
- Identificação dos cargos de confiança.
- Regulamento empresarial.
- Representantes dos trabalhadores no local de trabalho.
- Modalidade de registro de jornada.
- Definição do grau de insalubridade.

BANCO DE HORAS



COMO ERA

Banco de horas somente poderia ser instituído por negociação coletiva, a serem compensadas no período de 1 ano.

COMO PASSA A SER

Autoriza a criação do banco de horas mediante acordo individual com o empregado, com limite de 6 meses para compensação das horas extras.

FRACIONAMENTO DE FÉRIAS



COMO ERA

Só poderiam ser divididas em casos excepcionais e em 2 períodos, desde que um deles não fosse inferior a 10 dias.

COMO PASSA A SER

Podem ser divididas em até 3 períodos, desde que um deles tenha no mínimo 14 dias corridos e os outros 2 no mínimo 5 dias corridos cada.

A reforma também deverá desburocratizar aspectos processuais, como o processo de homologação na Justiça, que não terá mais necessidade de autorização do sindicato dos trabalhadores. Está contemplada ainda a resolução de litígios por meio da arbitragem para os empregados com altos salários e nível superior.

Para Celso Dantas, as novas regras contribuirão para reduzir passivos trabalhistas. “Só em 2016 foram milhões de ações ajuizadas na Justiça do Trabalho. Isso é fruto de uma legislação inadequada. A partir desse novo marco, vamos caminhar para uma mudança nesse quadro, reduzindo passivos das empresas, que são um custo não mensurado no país”, complementou.

TERCEIRIZAÇÃO

A reforma trabalhista deixa clara a permissão para que as empresas possam terceirizar suas atividades fim, complementando a Lei da Terceirização, sancionada em maio. A medida era um dos pleitos prioritários do setor industrial e, assim como a reforma, está contemplada no Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2016-2025.

Para Renaux, a regulamentação da contratação terceirizada, bem como a nova legislação trabalhista, proporcionarão um salto de produtividade às empresas e geração de empregos, contribuindo para a retomada da economia. “A terceirização e as mudanças trazidas pela reforma irão atrair investimentos, porque o empreendedor terá mais segurança para contratar. Além disso, para as indústrias, poder contar com profissionais especializados, como são os terceirizados, será mais benéfico para a produtividade e para a entrega de serviços e produtos com mais qualidade”, disse.

QUE MUDA COM A REFORMA TRABALHISTA?

TERCEIRIZAÇÃO



COMO ERA

A lei não era clara quanto à admissão da terceirização nas atividades-fim da empresa.

COMO PASSA A SER

Valida a possibilidade de terceirização da atividade-fim da empresa. Veda a contratação de ex-empregado como terceirizado no prazo de 18 meses a partir de sua demissão.

MODALIDADES ESPECIAIS DE TRABALHO

TEMPO PARCIAL



COMO ERA

Jornada de até 25 horas semanais.

COMO PASSA A SER

Jornada de até 26 horas semanais (com a possibilidade de horas extras), ou até 30 horas semanais (sem a possibilidade de horas extras).

HOME OFFICE



COMO ERA

Não era regulamentado.

COMO PASSA A SER

A lei define como sendo aquele prestado fora das dependências do empregador, mas que não se constitui como trabalho externo.

INTERMITENTE



COMO ERA

Não era regulamentado.

COMO PASSA A SER

Prestação de serviços não contínua, com subordinação e em períodos alternados.

AUTÔNOMO



COMO ERA

Não era regulamentado.

COMO PASSA A SER

Não são reconhecidos como empregados os trabalhadores autônomos contratados – com ou sem exclusividade.

APROXIMAÇÃO FIRJAN-BNDES E NOVAS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO BENEFICIAM INDÚSTRIA FLUMINENSE

O estado do Rio é composto, majoritariamente, por micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). A maior facilidade de acesso ao crédito, principalmente para essas categorias, é um pleito antigo do Sistema FIRJAN para ajudar a dinamizar a economia. Uma das formas de abrir mais oportunidades é aproximando o setor produtivo dos agentes de fomento. Um avanço nessa direção foi dado com a proposta de criação de um Grupo de Trabalho (GT), fruto de reunião entre Paulo Rabello, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e associados da Federação.

Para o presidente da FIRJAN, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, é importante estabelecer uma comunicação direta do Banco com o empreendedor. "Juntos, temos tudo para construir soluções que atendam a necessidade das pequenas e médias empresas e façam do BNDES um dos grandes vetores da recuperação da indústria", afirmou Eduardo Eugenio.

A ideia foi bem recebida pelo presidente do BNDES: "Consideramos uma excelente oportunidade de alinhar as questões operacionais, ajudando a disponibilizar ainda mais financiamentos para os industriais fluminenses".

A iniciativa ajuda a solucionar obstáculos como é o caso dos associados do Sindicato das Indústrias Mecânicas e de Material Elétrico do Município do Rio de Janeiro (Simme), que enfrentam dificuldade em conseguir financiamento. O setor recorre com frequência ao BNDES Finame, voltado para aquisição de máquinas e equipamentos "Percebemos, hoje, maior burocracia

nos bancos comerciais que operam as linhas do BNDES. Isso é um grande gargalo no processo", explica Cesar Moreira, presidente do Simme.

NOVOS RUMOS

O BNDES mantém, desde 2015, uma política de restrição ao crédito, por conta da recessão. O acesso ficou estabilizado em torno de 20% do total do estoque da instituição em relação ao crédito disponível na economia brasileira. Ainda assim, as MPMEs ficaram com 38% do total desembolsado em 2017.

"O objetivo é ampliar esse número para 50% entre 2018 e 2019", destacou Rabello. Em breve, será lançado um novo Cartão BNDES,

com as mesmas vantagens e com menos burocracia. Ele anunciou também um processo automático revolucionário na linha do Progeren, programa voltado ao capital de giro, a ser efetivado até meados de agosto.

A novidade vai ao encontro das necessidades atuais da indústria. Segundo o presidente da FIRJAN, o maior problema hoje é a baixa disponibilidade de fluxo de caixa: "Antes de voltar a investir, a indústria precisa de capital de giro para tocar um novo negócio".

O presidente do BNDES se reuniu, em julho, com empresários associados ao Sistema FIRJAN, a pedido da Federação.

MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NO BRASIL E NO ESTADO DO RIO

BRASIL

2015

TOTAL DE MPES

3.930.864

2014

FATURAMENTO POR ANO DE MPMEs

R\$ 922,11 BI

2013

EMPREGOS BRASIL

48,95 MI

EMPREGOS MPMEs

16,66 MI

Fonte: RAIS/MTE

RIO DE JANEIRO

2015

TOTAL DE MPES

284.442



Microempresas

80,5%



Indústria e construção civil

31.757

2014

FATURAMENTO POR ANO DE MPMEs

R\$ 79,29 BI

2013

EMPREGOS RJ

4,59 MI

EMPREGOS MPMEs

1,43 MI



FIRJAN ASSUME PROTAGONISMO NA ELABORAÇÃO DO PLANO ABC DO RIO

Vinculado à Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Plano ABC – Agricultura de Baixa Emissão de Carbono é uma das ações que integram o compromisso brasileiro de redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE). O Plano visa favorecer a produção sustentável na agropecuária e a governança da iniciativa se dá nos âmbitos nacional e estadual.

Em âmbito federal, o Plano ABC é gerido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). No estado do Rio, a ação é coordenada pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pesca e Abastecimento, sendo o Sistema FIRJAN condutor da Secretaria Executiva do grupo gestor.

Além da FIRJAN, integram o grupo estadual a Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), o Sebrae-RJ, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (Emater-Rio), entre outras instituições.

O Plano ABC contempla cinco programas: Recuperação de Pastagens Degradadas; Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs); Sistema Plantio Direto (SPD); Fixação Biológica do Nitrogênio (FBN); e Florestas Plantadas.

Com o Plano, será possível aumentar o acesso a recursos financeiros para o estado do Rio, assim como auxiliar os técnicos que compõem os programas no que se refere à sua capacitação. De acordo com Andrea Lopes, especialista de Meio Ambiente da Federação, “o projeto busca desenvolver tecnologias que viabilizem práticas alinhadas à economia de baixo carbono”.

As ações do Plano serão definidas até agosto de 2017, a partir de encontros com empresários do setor. A meta é agilizar o processo de implantação das medidas que, além de favorecerem a produção sustentável, ampliarão recursos

financeiros para a produção agropecuária fluminense.

ORIGEM

De acordo com Alceir Corrêa, presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação e Panificação de Três Rios e Região (Sindal), a atuação da FIRJAN foi preponderante para criação do grupo no estado do Rio. Ele explica que a negociação foi desdobramento do evento “Fortalecendo a Bacia Leiteira do Centro-Sul Fluminense”, promovido no ano passado. No encontro, foram debatidas a situação da atividade agropecuária da região e as alternativas para a melhoria da produção e da cadeia de suprimentos.



Thinkstock

O Plano ABC favorece a produção sustentável na agropecuária fluminense

EXPEDIENTE: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). **Presidente:** Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira. **1º Vice-presidente:** Carlos Mariani Bittencourt. **2º Vice-presidente:** Carlos Fernando Gross. CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do Sistema FIRJAN. Prêmio Aberje Brasil 1999-2000. Prêmio Aberje Rio 1999-2000-2001. **Gerência Geral de Comunicação e Marketing:** Daniela Teixeira, Juliane Oliveira e Lorena Storani (jornalista responsável, MTB 2440 JP). **Editada pela Insight Comunicação.** **Editor Geral:** Coriolano Gatto. **Editora Executiva:** Kelly Nascimento. **Redação:** Daniel Bergman, Laís Napolí e Nathalia Curvelo. **Revisão:** Geraldo Pereira. **Fotografia:** Fabiano Veneza. **Projeto Gráfico:** DPZ. **Design e Diagramação:** Paula Barrenne. **Produtor Gráfico:** Ruy Saraiva. **Impressão:** Gráfica Power Print.

SISTEMA FIRJAN - Avenida Graça Aranha 1 • CEP: 20030-002 – Rio de Janeiro • Tel.: (21) 2563-4455 • www.firjan.com.br

ESTÍMULO AO MERCADO DE PETRÓLEO TRAZ BOAS PERSPECTIVAS PARA CADEIA DE BENS E SERVIÇOS DO ESTADO DO RIO

Maior produtor de petróleo do país e centro de inovação e de mão de obra qualificada, o estado do Rio se consolida como um dos principais destinos dos investimentos programados para esse mercado nos próximos anos. Medidas de estímulo à indústria abrem a possibilidade de retomada da economia fluminense, que tem 30% do seu PIB concentrado em seu encadeamento produtivo.

“Temos uma nova política em todas as atividades que compõem essa cadeia e a maior oportunidade de petróleo do mundo com o pré-sal. São cinco bilhões de barris descobertos, inclusive no litoral fluminense, com alta produtividade”, afirma Márcio Félix, secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia (MME).

Uma das iniciativas que deverá atrair negócios para o estado a partir do fortalecimento desse mercado é o calendário de leilões previsto até 2019. Décio Oddone, diretor-geral da Agência Nacional

de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), ressalta que cerca de US\$ 30 bilhões deverão ser gerados para o estado do Rio em investimentos a partir de 2025, além de arrecadação em *royalties* da ordem de US\$ 8 bilhões. “Esses são resultados esperados para os próximos anos. Mas há um desafio de curto prazo. Temos quase 50 projetos de produção paralisados pelas mais diversas razões. É necessário que solucionemos todos esses entraves para abrir espaço de crescimento para essa indústria”, avalia Oddone.

INDÚSTRIA FLUMINENSE

Mesmo em um período de queda no preço da *commodity*, o mercado de petróleo teve importantes reflexos socioeconômicos para o estado, tendo balanço comercial com um saldo positivo de US\$ 10 bilhões em 2016. A atividade também foi responsável por 70% das exportações fluminenses no período, aponta a 2ª Edição do Anuário da Indústria de Petróleo no Rio de Janeiro, elaborado pela FIRJAN.

Além da relevância econômica, a indústria de petróleo fluminense se sobressai nacionalmente como detentora de mão de obra altamente qualificada e mais bem remunerada do que a média do país. “Trata-se de um mercado com capacidade de agregar valor, emprego e renda de forma expressiva, até porque não depende da economia nacional”, avalia Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, presidente da Federação.

Raul Sanson, vice-presidente da FIRJAN, ressalta que o estado tem vantagens competitivas para a geração de negócios, com investimentos como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), que busca investidores privados para retomar as atividades no segmento de abastecimento. “A reativação do Comperj levará a uma dinamização da indústria, impulsionando a cadeia fornecedora de equipamentos, além de empregar a mão de obra fluminense”, analisa.

A 2ª Edição do Anuário da Indústria de Petróleo no Rio de Janeiro está disponível para *download* no link www.firjan.com.br/publicacoes.

NÚMEROS DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO NO RIO DE JANEIRO



Fonte: Sistema FIRJAN, com dados da ANP

A desburocratização é um pleito antigo dos empresários para o aumento da produtividade dos setores econômicos. **João Manuel Pinho de Mello**, chefe da Assessoria de Reformas Microeconômicas do Ministério da Fazenda, apresentou a agenda das ações do governo para ajudar a melhorar o ambiente de negócios do Brasil. Ele foi convidado a palestrar no Conselho Empresarial de Economia do Sistema FIRJAN, em julho.



Vinicius Magalhães

DESBUROCRATIZAÇÃO PARA MELHORIA DA PRODUTIVIDADE

CARTA DA INDÚSTRIA – Quais são os gargalos que impedem o Brasil de aumentar sua produtividade? Como reverter essa situação?

JOÃO MANUEL PINHO DE MELLO – Diversos fatores interferem nas decisões das empresas, levando-as a optarem por caminhos que não são os melhores. Nossa legislação tributária é desfavorável, temos uma infraestrutura precária e há um excesso de proteção em alguns setores, deixando-os menos eficientes. Tínhamos também uma legislação do trabalho ultrapassada e burocrática, mas que agora foi organizada pela reforma trabalhista, capitaneada pelo governo. Essa realidade cria entraves para a nossa produtividade, que é a chave para o nosso crescimento. No momento, estamos trabalhando formas de desburocratizar para diminuir o custo da conformidade das empresas, como projetos que facilitem o comércio exterior, vide o Portal Único de Comércio Exterior e o Operador Econômico Autorizado, e que melhorem o mercado de crédito, diminuindo a taxa de juros e democratizando seu acesso. Ainda é uma agenda incompleta, mas seria necessário mais dois ou três anos para elaborar outra mais ambiciosa.

CI – Quais reformas microeconômicas o governo está promovendo?

JMPM – Podemos destacar a implantação da nota fiscal eletrônica para o Imposto Sobre Serviços (ISS), o eSocial, que agrupa em uma única plataforma todas as declarações previdenciárias e tributárias, a diminuição com obrigações referentes ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e a RedeSim, uma plataforma federal centralizada que otimiza o tempo de abertura de empresa. Os dois últimos são em parceria com os municípios.

CI – Um dos objetivos do governo é diminuir o spread bancário. Como seria feito?

JMPM – A outra ponta das nossas reformas está na melhoria do mercado de crédito. Acreditamos que, se os juros baixarem, será possível empregar mais e investir em bons projetos que aumentam a produtividade. Criamos a duplicata eletrônica e o Cadastro Positivo, que dinamiza o compartilhamento de informações sobre os bons pagadores. Isso aumentará a competição, proporcionando uma queda nos juros. Além disso, promovemos melhorias na Lei de Recuperação Judicial, que ajuda empresas viáveis a se recuperarem e também facilita o processo de falências das inviáveis. Essas reformas terão efeito significativo no crédito e favorecem o ambiente de negócios do país.